



FL N° 84
[Handwritten signature]

Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2018 11/01/2019 – 09h00min (Horário local)

PROTOCOLO DE ENTREGA DO EDITAL

RAZÃO SOCIAL:.....
C.N.P.J. N.º.....
ENDEREÇO:.....
CEP CIDADE / ESTADO.....
TELEFONE: FAX
E-MAIL:.....
NOME DE PESSOA PARA CONTATO:.....

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DA EDITAL:
.....
R. G. N.º e / ou CPF N.º.....
ENDEREÇO:.....
CEP CIDADE / ESTADO.....
TELEFONE: FAX
E-MAIL:

Recebemos, através do _____, cópia do instrumento convocatório acima identificado.

PILAR/ AL de de 2018.

.....

Assinatura

FL N° V 84
Gouveia



É pra fazer. É pra cuidar.

Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 004/2018

O MUNICÍPIO DE PILAR/AL, através da Comissão Permanente de Licitações, legalmente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, na forma da legislação pertinente a licitações e contratos administrativos, fará realizar no dia **11/01/2018, às 9h:00 hs (horário local)**, na sala da CPL localizada na Praça Floriano Peixoto, s/n, Centro, CEP 57.150-000 - PILAR(AL), licitação na modalidade **Tomada de Preço N° 04/2018, do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL executado no regime de empreitada por preços unitários**, onde receberá os documentos de habilitação e proposta de preços para a execução das obras e serviços de engenharia abaixo discriminados, conforme especificado neste Edital e mediante condições contidas na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações estabelecidas nas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98.

1.0. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto a **Contratação de Empresa de Engenharia Civil para execução remanescente de obras de construção da Urbanização do Alto do Cruzeiro**, conforme especificações inseridas no anexo I deste instrumento.
- 1.2. O presente certame contará com **4 quatro etapas, especificadas nas planilhas orçamentárias que seguem em anexo a este edital, sendo elas: 1 – MURO DE CONTENÇÃO**: valor estimado: R\$ 758.332,41 setecentos e cinquenta e oito mil trezentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos; **2 – PEDESTAL DA SANTA**: valor estimado: R\$ 9.165,83 (nove mil cento e sessenta e cinco reais oitenta e três centavos); **3 - URBANIZAÇÃO DA PRAÇA ALTA DO CRUZEIRO**: valor estimado: R\$ 568.107,42 (quinhentos e sessenta e oito mil cento e sete reais e quarenta e dois centavos) e **4 - VIA SAGRA**: valor estimado de R\$ 725.353,93 (setecentos e vinte e cinco mil trezentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos).
- 1.3. O valor global da contratação será de R\$ 2.060.959,59 (dois milhões sessenta mil novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).
- 1.4. O TIPO DESTA LICITAÇÃO SERÁ O MENOR PREÇO GLOBAL executado no regime de empreitada por preços unitários.
- 1.5. Ressaltamos que os projetos e demais peças técnicas, objeto desta licitação encontram-se disponibilizados na CPL, podendo ser retirados pessoalmente pelos interessados ou através do Email: equipelicipilar2016@gmail.com.
- 1.6. As obras deverão atender as normas, especificações e métodos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e Posturas Governamentais Vigentes.

2.0 DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas no ramo de atividade econômica pertinente ao objeto deste Edital regularmente constituída e em operação no território nacional, bem como, possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste instrumento.
- 2.2. Não poderão participar as empresas ou instituições das quais participem, dirigentes ou servidores das entidades promotoras desta licitação, relacionadas no preâmbulo.
- 2.3. Não poderão participar as empresas ou instituições que se encontrem sob falência, liquidação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou ainda, que tenham sido declaradas inidôneas ou estejam punidas com suspensão do direito de licitar com Administração Pública de PILAR - AL.
- 2.4. Não poderão participar as empresas, inclusive suas filiais, que façam parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, e/ou empresas que tenham diretores, acionistas com mais de 5% de

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

inidôneas ou estejam punidas com suspensão do direito de licitar com Administração Pública de PILAR - AL.

2.4. Não poderão participar as empresas, inclusive suas filiais, que façam parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, e/ou empresas que tenham diretores, acionistas com mais de 5% de participação, ou representantes legais comuns e as que dependam econômica ou financeiramente de outra empresa ou a subsidiem.

2.5. Não poderão participar desta licitação empresas que estejam inadimplentes com a Fazenda Pública Estadual ou Municipal da sua sede e/ou filiais e declaradas impedidas e/ou inidôneas com a Administração Pública.

3.0 DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação do objeto da presente licitação será efetuada conforme preceitua a seção II do capítulo III da Lei 8.666/93, do qual farão parte integrante todas as condições estabelecidas neste edital e em seus Anexos, independentemente de transcrição na nota de empenho, bem como a documentação e a proposta da licitante vencedora, naquilo que não contrariar os termos deste, como previsão de adaptação às normas vigentes.

3.2. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

3.3. A empresa classificada em primeiro lugar, declarada vencedora, será convocada para assinar o contrato, no prazo máximo de 05(cinco) dias a contar da notificação.

3.3.1. A empresa vencedora sendo convocada, e não comparecendo para assinar o contrato, ou não comprovando que mantém as condições de habilitação, aplicar-se-ão as disposições contidas na Lei de Licitações, sem prejuízo das demais cominações legais.

3.4. Se o licitante vencedor recusar-se a entregar o objeto adjudicado, será convocado outro licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

3.5. Ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos, decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem a convocação para contratação, conforme disposto no artigo §3º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93.

3.6. O prazo para execução e conclusão das obras e serviços objeto desta licitação será de acordo com o cronograma físico financeiro, anexo deste Edital, prazo este a ser contado a partir da Ordem Inicial de serviços. A emissão das Ordens de Serviços será condicionada a existência de disponibilidade financeira.

3.7. A eventual reprovação da obra e serviços em qualquer fase da execução não implicará em alteração dos prazos, nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais.

3.8. O prazo para conclusão das obras e serviços poderá ser alterado nas hipóteses previstas no contrato, observado as condicionantes do art. 57,§1º da Lei Federal nº 8.666/93.

3.9. O presente edital será parte integrante do contrato e a minuta do instrumento contratual anexo integra este Edital.

3.10. Desde já fica assegurado ao Município introduzir na Minuta de Contrato as alterações julgadas necessárias para assegurar maior garantia na execução das obras.

3.11. Mediante prévia e expressa aprovação do Município, a CONTRATADA poderá subcontratar partes das obras e serviços, desde que seja comunicado ao Município que deverá anuir ou rejeitar, ficando limitada a subcontratação no percentual de **30% do valor global da contratação** e que seja contratada Empresa Enquadrada como ME e/ou EPP, na forma da Lei Complementar nº 147/2014.

3.12. A licitante vencedora que vier a ser contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que se

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

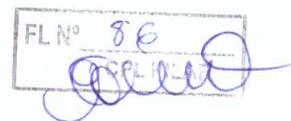
verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos materiais empregados. Também providenciarão a limpeza do terreno, escavação manual e/ou mecânica, aterro e reaterro, estrutura e a alvenaria, decorrentes da movimentação das obras, bem como da recuperação e reconformação de áreas danificadas pelo uso do solo, ou jazidas de qualquer natureza. Serão ainda removidas construções e instalações provisórias de qualquer natureza que tenham sido efetuadas pela CONTRATANTE.

4.0 DO RECEBIMENTO DA OBRA

- 4.1. As obras e serviços para o objeto deste certame serão recebidos por uma comissão de técnicos da Secretaria Municipal competente, devidamente designados.
- 4.2. O recebimento dar-se-á mediante termos de recebimento, provisório e definitivo, na forma prevista no contrato.
- 4.3. As obras e serviços somente serão recebidos, após atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e demais documentos que o integram.

5.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A aplicação de penalidades à licitante vencedora reger-se-á conforme a estabelecida na Seção II do capítulo IV – Das Sanções Administrativas da Lei nº 8.666/93.
 - 5.1.1. Caso a empresa vencedora se recuse a entregar o objeto contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:
 - a) ADVERTÊNCIA, por escrito;
 - b) MULTA DE 10% (DEZ PORCENTO) SOBRE O VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO;
 - c) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
 - 5.2. O licitante que deixar de entregar, no todo ou em parte, a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo previsto na lei sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.**
 - 5.3. Fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) sobre o valor global contratado a título de mora, por dia de atraso no cumprimento de qualquer prazo previsto neste Edital;
 - 5.3.1. Caso o licitante vencedor não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, nos casos previstos nos incisos II e V do parágrafo 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério da Administração a sua aceitação;
 - 5.3.2. Vencido(s) o(s) prazo(s), a Administração oficialará o licitante vencedor comunicando-o da data limite.
 - 5.3.3. A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o subitem 5.4.
 - 5.4. Pela inexecução total da obrigação, a Administração rescindirará o contrato e aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.
 - 5.4.1. Em caso de inexecução parcial da obrigação será aplicada o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

5.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da Administração pela licitante vencedora serão deduzidas dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor do Município de PILAR (AL) ou cobradas judicialmente.

5.6. Se a licitante vencedora inadimplente não tiver valores a receber do Município de PILAR, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

5.7. A aplicação de multas, bem como a rescisão de contrato, não impede que a Administração aplique ao licitante vencedor as demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

5.8. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste edital será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

6.0 DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O investimento para a construção do objeto desta licitação ocorrerá por conta dos recursos, classificados na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão:	0007 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
Unidade:	0007 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
Classificação Funcional Programática:	15.695.0006.1020.
Elemento de Despesa:	4.4.9.0.51.00.00 Obras e Instalações
Projeto/ATIVIDADE	1020 – Urbanização do Alto Santo Cruzeiro

7.0 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA e RETIRADA DO INSTRUMENTO

7.1. O Presidente receberá as propostas de preços e documentos de habilitação em sessão pública a ser realizada, conforme indicado a seguir:

Dia 11/01/2019, às 09:00 horas; A Licitação em todas as suas fases ocorrerá na sala da Comissão Permanente de Licitação, na sede administrativa da Prefeitura Municipal de PILAR/AL.

7.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a participação no certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da CPL em contrário.

7.3. Este Edital e seus anexos (projeto básico, executivo, planilhas e especificações) serão entregues gravados em CD ou outro meio eletrônico e encontra-se a disposição das empresas interessadas no endereço mencionado no item 7.1, no horário das 08:00 às 12:00, até o dia da sessão, ou mediante requisição diretamente na CPL do Município ou através do email: equipelicipilar2016@gmail.com

7.4. As licitantes poderão colher informações adicionais eventualmente necessárias sobre o certame, junto à Comissão Permanente de Licitação, localizada no endereço exposto no preâmbulo deste Edital, no horário das 08 às 12h.



Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

8.0 DO CREDENCIAMENTO

8.1. Cada licitante poderá nos atos do presente certame ter um único representante legal devidamente credenciado, com poderes para representar, mediante apresentação de um dos seguintes instrumentos, sempre acompanhados pela cópia do documento de identidade:

8.1.1. Procuração lavrada por instrumento público ou particular, indicando a outorga de poderes na forma exigida, onde constem os poderes do outorgante, acompanhados do contrato social, ou estatuto, ou ato constitutivo, ou registro comercial, sugestão de modelo a seguir:

PROCURAÇÃO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob nº, a participar da licitação na Tomada de Preço nº 04/2018 da Prefeitura Municipal de Pilar, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, **bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

Local e data

Diretor ou Representante Legal

8.1.2. A procuração outorgada a dois ou mais representantes legais, determinando que estes ajam em conjunto, deve ser substituída pelo modelo acima sugerido, outorgando poderes a somente um procurador.

8.1.3. Caso o representante seja sócio, gerente ou administrador da empresa licitante, deverá ser apresentado documento idôneo que comprove a sua condição de sócio, gerente ou administrador do licitante e que declare os limites da sua atuação;

8.1.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do Artigo 72 da Lei Complementar 123/2006 e devido a necessidade de identificação pela CPL, **deverão credenciar-se acrescidas das expressões “ME” ou “EPP” à sua firma ou denominação.** bem como, entregar a CPL: a) **ou a certidão original** (ou sua cópia autenticada) **expedida pela respectiva Junta Comercial ou pelo Registro competente que comprove sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 8º, Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007);** b) ou cópia autenticada do seu instrumento constitutivo devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoa Jurídica) no qual conste a adição ao nome empresarial das expressões “Microempresa” ou Empresa de Pequeno Porte”, ou suas respectivas abreviações “ME” ou “EPP” (art. 3º, caput e § 2º, daquela Instrução).

8.1.4.1 - O descumprimento do subitem 8.1.4 significará renúncia expressa e consciente, desobrigando a CPL de conferir ao licitante os benefícios da Lei Complementar 123/2006 aplicáveis ao presente certame;

8.1.4.2 - A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte **é única e exclusiva do licitante** que, inclusive, se sujeita a todas as conseqüências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

8.2. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um licitante.

8.3. A não apresentação ou a incorreção do documento de credenciamento não impedirá o proponente de entregar os envelopes de proposta e de habilitação, mas o impedirá de manifestar-se no certame. No caso de “ME” ou “EPP”, estes não poderão se beneficiar das previsões da Lei



É pra fazer. É pra cuidar.

FL N° 87
Eduardo

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

123/2006.

8.4. O representante responsabilizar-se-á pelos assuntos atinentes à participação da empresa neste procedimento licitatório, com poderes para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.5. Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados antes do início do certame, **separadamente** dos envelopes “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

9.0. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

9.1. A reunião, para recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e o envelope da proposta de preço, será pública e dirigida pela Comissão Permanente de Licitações.

9.2. No dia, local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados ou seus representantes legais deverão proceder ao respectivo credenciamento, nos termos deste Edital.

9.3. Declarado aberto à sessão pela CPL, não serão admitidos novos proponentes dando-se início ao recebimento dos envelopes:

9.3.1. Do envelope de documentação para habilitação (ENVELOPE “A”);

9.3.2. Do envelope de documentação para proposta comercial (ENVELOPE “B”).

9.4. A indicação nos envelopes, caso esteja incompleta ou com algum erro de transcrição, desde que não cause dúvida quanto ao seu conteúdo ou não atrapalhe o andamento do processo não será motivo para exclusão do procedimento licitatório.

9.5. A **impugnação de interessados contra ofertas e documentos apresentados pelos licitantes deverá ser feita nesta reunião**, exclusivamente pelo representante legal credenciado para apresentar as empresas em nome das quais pretendam registrar a impugnação.

10.0 DOS PROCEDIMENTOS DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS

10.1. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

10.1.1. Os envelopes, opacos e rubricados, devidamente lacrados, deverão ser entregues pelo representante credenciado de cada licitante no dia, hora e local indicado no preâmbulo deste Edital.

10.1.2. Os envelopes deverão conter o nome e o endereço do licitante e o seguinte endereçamento:

10.1.2.1. ENVELOPE “A” – “HABILITAÇÃO”

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR/AL

TP N.º 04/2018

DIA 11/01/2019 ÀS 09:00 h (Horário Local)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE REMANESCENTE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA URBANIZAÇÃO DO ALTO DO CRUZEIRO.

Identificação do Licitante: (Razão Social, fone, fax, e-mail)

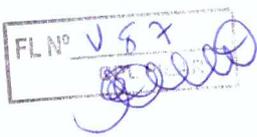
10.1.2.2. - ENVELOPE “B” – “PROPOSTA COMERCIAL”

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR /AL

TP N.º 04/2018

DIA 11/01/2019 ÀS 09:00 h (Horário Local)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA



Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL
**EXECUÇÃO DE REMANESCENTE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA
URBANIZAÇÃO DO ALTO DO CRUZEIRO Identificação do
Licitante: (Razão Social, fone, fax, e-mail)**

10.1.3. No verso de cada envelope (A e B) deverá constar o nome, o CNPJ ou CPF, e o endereço do licitante.

10.1.4. A CPL não receberá envelopes fora do prazo estipulado, nem poderá receber envelopes encaminhados pelo correio, sedex ou correlatos.

**10.2. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS
DE HABILITAÇÃO**

10.2.1. Para habilitação nesta Licitação, a licitante deverá apresentar:

10.2.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA E TÉCNICA.

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, e suas respectivas alterações, podendo ser substituída pela última alteração consolidada, devidamente registrado, na forma da lei, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, caso já tenha sido apresentada e juntada no credenciamento não se faz necessária nova apresentação;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;

e) **CERTIDÃO DE REGISTRO DA EMPRESA** e de seus **RESPONSÁVEIS TÉCNICOS, devidamente válidos, no momento da licitação**, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, atualizados, em observância ao art. 69 da Lei Federal n.º 5.194/66 e art. 1º, inciso II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA;

f) Prova da empresa possuir no quadro funcional permanente profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, tudo devidamente atestado pelo CREA, ou através de certidões fornecidas pelo mesmo, da seguinte forma:

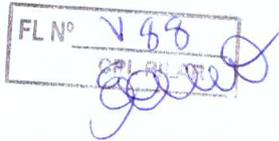
f.1) a prova da empresa possuir no quadro permanente, profissional de nível superior, será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou a comprovação da disponibilidade do profissional mediante contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil;

f.2) a prova de que o profissional é detentor de responsabilidade técnica, será feita mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, ou certidão do órgão;

f.3) Declaração de que o responsável técnico deverá apresentar no primeiro dia de início das obras a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução de obras.

g) A empresa que não apresentar qualquer um dos itens citados no item **10.2.1.1** resultará na sua **INABILITAÇÃO**, salvo declarações que possam ser feitas a próprio punho pelo representante da empresa.

f) Declaração de visita técnica ao local da obra expedido pelo responsável técnico da licitante ou representante da empresa. A presente declaração deverá ter como modelo sugerida o seguinte texto:



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

contratação (item 1.3 desse edital) **dentre as seguintes modalidades: caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária**, a fim de proteger a Entidade de Licitação contra atos ou omissões da Licitante arrolado abaixo:

f.2.1) caso a Licitante retire sua proposta durante o período de validade definido no Edital e na Garantia de Proposta, e

f.2.2) se a Licitante vencedora deixar de assinar o Contrato ou não apresentar a Garantia de Execução Contratual.

f.3) – Caso a Licitante apresente a garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo constante do **Anexo IV**.

f.4) - Fiança bancária ou seguro-garantia deverão estar contidos no Envelope n. A.

f.4.1). A Garantia de Proposta das Licitantes não vencedoras ser-lhes-á restituída no prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir da homologação da adjudicação. A Garantia de Proposta das Licitantes inabilitadas ser-lhes-á restituída no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir do encerramento da fase de habilitação; no caso de interposição de recurso o prazo de devolução será contado a partir do julgamento definitivo dos recursos.

f.4.2. A Garantia de Proposta da Licitante vencedora será liberada quando assinado o Contrato, mediante apresentação da Garantia de Execução Contratual.

f.4.3. Em caso de ser apresentada a Garantia da Proposta na forma de fiança bancária ou seguro garantia, o prazo de vigência do seguro deverá abranger o prazo de até 60 (sessenta) dias contados do dia da abertura da primeira sessão do certame.

g) Certidão Cível que contemple a certidão negativa de falências, concordatas e recuperação judicial expedida pelo cartório de distribuição da **sede** do licitante e/ou da capital, no caso da empresa ser sediada no Estado de Alagoas (Resolução do TJ/AL), dentro do prazo de validade na data da realização da licitação.

h) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, conjunta a Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa da União, com validade na data de realização da licitação.

i) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da licitante, com validade na data de realização da licitação;

j) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante, com validade na data de realização da licitação.

l) Prova de Regularidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, através de:

l.1. INSS - Certidão Negativa de Débitos – CND, com validade na data de realização da licitação;

l.2. FGTS – Certidão de Regularidade de Situação - CRS fornecido pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de realização da licitação.

m) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

m) Declaração de inexistência de fato impeditivo, conforme **ANEXO** deste Edital;

n) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e somente a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei Fed. nº 9.854/99), conforme **ANEXO** deste Edital;

10.2.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de pequeno porte, assim definidas no Capítulo II, da Lei Complementar nº 123/06, será assegurado a essas empresas o prazo de cinco (05) dias úteis, contando do momento em que a licitante beneficiado for declarado vencedor do respectivo certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CPL, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões

Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

10.2.1.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no neste Edital.

10.2.1.3. O Presidente da CPL poderá consultar diretamente as páginas dos órgãos emissores na internet, para confirmação da regularidade, se for o caso, bem como, a própria licitante apresentar a regularidade na sessão.

10.2.1.4. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo da CPL.

10.2.2. No caso de a licitante possuir filiais, a documentação apresentada deverá referir-se apenas a uma das filiais ou apenas à matriz, salvo disposição em contrário, sendo que a contratação será realizada com a pessoa jurídica que apresentou a documentação.

10.2.3. Não serão aceitas, sob qualquer alegação, ainda que antecipadamente, documentação incompleta para posterior complementação, nem documentação por transmissão via fac-símile (fax).

**10.3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
COMERCIAL**

10.3.1. A proposta comercial deverá ser apresentada em 01 (uma) via, em papel timbrado, rubricada e assinada pelo representante legal da licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no idioma português, ressalvada as expressões técnicas, devidamente encadernada e numerada, e conter obrigatoriamente os seguintes componentes:

10.3.1.1. Carta-Proposta constante, necessariamente, os seguintes elementos:

1. Preço global da proposta, em algarismo e por extenso, de acordo com a planilha orçamentária com preços da empresa, expresso em real (Preços unitários e global).
2. Apresentar Composição de Custo Unitário;
3. Apresentar Cronograma Físico- Financeiro;
4. Apresentar composição de BDI;
5. É facultada a apresentação da tabela de encargos sociais;
6. **TODOS OS DOCUMENTOS REFERENTES À PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE “B”) DEVEM SER APRESENTADOS, ALÉM DE IMPRESSOS E DEVIDAMENTE ASSINADOS, TAMBÉM EM MÍDIA DIGITAL GRAVADO EM CD- R OU DVD-R NO FORMATO .XLS (EXCEL).** (OBSERVAR ESSE ITEM).

10.3.1.2. Declaração de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas, indiretas e qualquer outra necessária à total e perfeita execução das obras e serviços objeto desta licitação, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pela PREFEITURA salvo se decorrente de projeto, obra ou serviço não incluído neste edital.

10.3.2. No sentido de facilitar o processo de avaliação das propostas, a licitante deverá apresentar sua proposta descrevendo as características do objeto na mesma seqüência do especificado neste Edital e onde for aplicável;

10.3.3. A PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE PILAR/AL se reserva o direito de auditar as informações sobre capacidade e características dos produtos ofertados pela licitante, através de diligências, pesquisas na Internet e/ou em outros materiais publicados pelo fabricante dos produtos ofertados.

10.3.4. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

das Propostas.

10.3.5. Será desclassificada a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos ou que se opuser a qualquer dispositiva legal vigente.

10.3.6. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10.3.7. Após a abertura das propostas não serão admitidos pedidos de cancelamento, retificação de preços ou de quaisquer outras condições oferecidas.

10.4 DO JULGAMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.4.1. Os envelopes de habilitação e propostas serão recebidos simultaneamente pela CPL na data, hora e local indicados neste Edital, onde somente os receberá pessoalmente pelos representantes das empresas credenciados.

10.4.2. Lavrar-se-á ata circunstanciada de todas as sessões que se realizarem, onde se mencionarão todas as ocorrências, inclusive as propostas apresentadas, reclamações e impugnação formuladas que possam, direta ou indiretamente, interessar ao julgamento da licitação. As respectivas atas deverão ser assinadas pelos membros da CPL e demais licitantes presentes.

10.4.3. Não serão objeto de exame ou deliberação os fatos ou alegações não pronunciadas até o encerramento de cada sessão, bem como as que não forem inseridas nas respectivas atas, não cabendo, conseqüentemente, aos ausentes o direito de qualquer reclamação.

10.4.4. Após a fase de credenciamento será procedida à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação na mesma data designada, que serão rubricadas pela CPL e os LICITANTES presentes.

10.4.4.1. Quando analisados os documentos de habilitação, a CPL abrirá prazo de 5 (cinco) dias uteis contados da lavratura da ata da sessão para recurso na forma do art. 109 da Lei nº 8.666/93, quando, e somente quando transcorrido esse prazo, **serão abertos os** envelopes contendo os preços que deverão ser rubricados por todos os presentes, permanecendo inviolados e sob guarda da CPL, SALVO expressa aceitação de todos os presentes de que renunciarão a intenção de RECORRER.

10.4.5. Após o exame e julgamento dos Documentos de Habilitação, que poderá ocorrer na mesma data ou em outra sessão, a critério da CPL, será comunicado o resultado da fase habilitatória, e convocadas às empresas habilitadas para a fase seguinte do certame.

10.4.6. Será inabilitada a LICITANTE cuja documentação for apresentada incompleta ou irregular, nas formas das exigências deste instrumento. Assim, será devolvido o envelope de Preço dos licitantes inabilitados quando decorrido os prazos legais sem interposição de recursos, tenha havido desistência expressa ou após sua denegação.

10.4.7. Após fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.

10.4.8. Na data, Hora e local designado pela Comissão Permanente de Licitação será procedida à abertura dos envelopes contento as Propostas de Preços das Licitantes habilitadas, anunciando os preços globais ofertados, e rubricado todo o seu conteúdo pela comissão e pelos representantes das empresas.

10.4.9. A Comissão Permanente de Licitação examinará as Propostas para determinar se estão completas, se há erros de cálculos, se todos os documentos foram devidamente assinados, e se todas as propostas estão, de maneira geral, adequadas às exigências deste Edital e legislação aplicável.

10.4.10. Erros aritméticos serão retificados da seguinte forma:

(a) se houver discrepância entre os preços unitários e o preço total, o qual é obtido pela



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

multiplicação dos preços unitários pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, e o preço total será corrigido.

(b) se houver discrepância entre os valores numéricos e seus correspondentes por extenso, prevalecerão os valores escritos por extenso.

10.4.11 Se o Licitante não aceitar a correção de tais erros, sua proposta será desclassificada.

10.4.12. Antes da avaliação detalhada, a Comissão Permanente de Licitação verificará a adequação substancial de cada Proposta aos termos do Edital para a finalidade desta Cláusula. **Uma Proposta será determinada substancialmente adequada caso atenda a todos os termos, condições e especificações do Edital sem quaisquer ressalvas ou desvios veículos.** Desvios ou ressalvas veículos são aqueles que afetam de maneira substancial o escopo, a qualidade, ou o desempenho dos bens, ou que sejam inconsistentes com o Edital, restrinjam os direitos da Municipalidade ou as obrigações do Licitante, e cuja retificação afetaria injustamente a posição competitiva de outros Licitantes que tenham apresentado Propostas adequadas ao Edital. A determinação de adequação de uma Proposta pelo Município será baseada no conteúdo da mesma, sem considerar evidências extrínsecas.

10.4.13. Uma Proposta considerada inadequada será desclassificada pela Comissão Permanente de Licitação e não poderá ser alterada posteriormente pelo Licitante, com o objetivo de adequar a Proposta com os Termos do Edital.

10.4.14 A Comissão Permanente de Licitação **poderá relevar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância encontrada em uma Proposta que não represente desvio ou ressalva substancial e desde que isso não prejudique ou afete o caráter competitivo da licitação, ou o princípio da igualdade entre os licitantes. Art. 3º.**

10.4.15 Os valores globais máximos fixados para execução dos serviços discriminados são os constantes no anexo I ("Valor da Obra R\$"), em conformidade com as planilhas orçamentárias fornecidas pelo Município, nos termos do inciso X do art. 40 da Lei nº 8.666/93, modificado pela Lei nº 9.648/98. Os preços unitários não poderão exceder o os preços unitários constantes da planilha, sob pena de desclassificação.

10.4.16 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e as propostas com valor global superior ao fixado/orçado pela Administração consoante o disposto no item anterior.

10.4.17. Analisadas as propostas, verificando-se o descumprimento de requisitos estabelecidos no Edital, serão desclassificadas, também, as que:

10.4.17.1. Forem elaborados em desacordo com os termos deste Edital, com omissões, rasuras, erros substanciais. Ressalvamos que erros formais e materiais, considerados aqueles de fácil constatação e resolução, NÃO serão objeto de desclassificação. (Exemplo: falta de assinatura de um representante da empresa, preços unitários para o mesmo insumo ou serviço diferente mais que possa ser alterado sem que o valor global apresentado seja alterado).

10.4.17.2. Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;

10.4.17.2.1 Para efeito de análise da exequibilidade das propostas, a CPL aplicará a regra do art. 48, §1º da Lei nº 8.666/93.

10.4.17.4. Apresentarem preços irrisórios ou de valor zero, salvo se a empresa expressamente se comprometer a executar os serviços.

10.4.17.5. Apresentarem proposta alternativa ou baseada na proposta de outros licitantes.

10.4.18. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o licitante vencedor aquele que oferecer o menor preço global, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital, pela CPL, caso não verificada a hipótese de recurso administrativo.

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

10.4.19. No caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas iniciais, realizar-se-á o sorteio, em sessão pública.

10.4.20. O resultado do julgamento das propostas será divulgado, caso necessário, no quadro de aviso da Prefeitura e, se possível, no Diário Oficial.

11.0 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 A adjudicação e homologação do objeto serão realizadas, após deliberação, pelo Chefe do poder Executivo.

11.2. No julgamento das propostas, a CPL levará em conta, no interesse da Administração Pública, o critério do menor preço global.

11.3. Após a adjudicação ao vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o procedimento será submetido à Autoridade Superior, para homologação e contratação.

12.0 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. Até 02 (dois) dias úteis, 48 (quarenta e oito) horas, antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer representante legal de empresa devidamente autorizado, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório da Concorrência; devendo entregar, na entidade que promove a licitação, o ato de impugnação devidamente assinado pelo representante legal da interessada.

12.1.1. Caberá a CPL decidir sobre a petição em até 24 (vinte e quatro) horas.

12.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13.0 DO REAJUSTE

13.1. Os preços manter-se-ão inalterados pelo período de 01 (um) ano, na forma da Lei n.º 9.069/95, a contar da assinatura do contrato. Após este período, os mesmos serão reajustados na periodicidade e com base na variação do INCC – Índice Nacional da Construção Civil, coluna 35 da FGV, através da seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{I.1 - I.0}{I.0}$$

Onde:

R – Reajustamento Procurado;

V – Valor contratual das obras e serviços a serem reajustados;

I.1 – Índice relativo ao da data de aniversário da proposta;

I.0 – Índice correspondente à data da apresentação da proposta.

14.0 DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura na Sede da Administração do Município de PILAR/AL.

14.2. As medições serão parciais e os pagamentos serão efetuados mensalmente, com base nos valores apurados em medições dos serviços efetivamente executados no período, conforme cronograma, e nos preços unitários constantes do contato.



FL. Nº 91
[Handwritten signature]

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

14.3. As faturas serão, obrigatoriamente, acompanhadas das respectivas folhas de medição e memória de cálculo de quantitativos que conterão o visto da fiscalização.

14.4. Ao requerer o pagamento da primeira medição a CONTRATADA deverá anexar a comprovação de registro do Contrato junto ao CREA, nos termos da Resolução n.º 257 de 19.09.78 do CONFEA, sob pena de não receber o pagamento da referida medição.

14.5. A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, por ocasião de cada pagamento, a Certidão Negativa de Débito do INSS, o Cadastro Específico do INSS – CEI (caso tenha sido retirado) e o Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, válidos na época. Será, ainda, exigida cópia autenticada das guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social – GFIP, com respectiva relação dos empregados.

14.6 A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS (CND) e do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, ou sua irregularidade, não acarretará retenção do pagamento, sendo, no entanto, imediatamente comunicada quanto à apresentação de tal documento em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis. A não-apresentação do CEI será motivo para a glosa do pagamento.

14.7 Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

14.8 Concomitantemente à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso de CND e do CEI a Caixa Econômica Federal, no caso do CRF.

14.9 A nota fiscal deverá ser fornecida com o mesmo CNPJ da empresa contratada.

14.10. Os serviços e obras objeto da licitação deverão estar dentro das especificações admitidas e deverá ser entregue no prazo máximo estipulado no item 3.7 deste instrumento, de forma parcial ou total, a critério da Administração. Ainda que recebido em caráter definitivo, **subsistirá a responsabilidade legal do adjudicatário pela qualidade do objeto fornecido.**

14.11. O embargo do recebimento definitivo do objeto por parte da Administração não implica dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para a Administração.

14.11.1. Findo este prazo serão aplicadas às sanções previstas neste ato convocatório e na legislação pertinente.

14.12 Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado o prazo disposto neste Contrato, para pagamento.

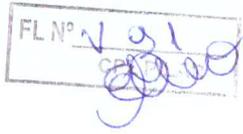
14.13 Nas situações onde a CONTRATADA não comprovar a isenção das tributações elencadas nas alíneas *a* a *d* abaixo relacionadas, a CONTRATANTE poderá efetivar a retenção na fonte nos pagamentos efetuados, para produtos e serviços, sobre os seguintes impostos e contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ; Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL; Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

14.13.1 A retenção será efetuada aplicando-se a alíquota legalmente prevista.

14.14 Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação *pro rata tempore* do IGPM (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que o mesmo for efetivado.

14.15 A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

14.16 Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

15.0 DA EXECUÇÃO

15.1. A execução do objeto reger-se-á pelo Capítulo III - Seção IV - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 8.666/93.

15.2. A inexecução total ou parcial do objeto ensejará sua rescisão com as consequências contratuais previstas em Lei, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, reconhecendo desde já a empresa licitante os direitos da Administração previstos no artigo 55, inciso IX, da referida Lei.

16.0 DOS RECURSOS

16.1. Declarado o vencedor e ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas alegações, e das contrarrazões dos demais licitantes, quando lhe será concedido o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante implicará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela CPL ao vencedor.

16.3. Qualquer recurso contra a decisão da CPL terá efeito suspensivo.

16.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

16.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no horário de expediente da Comissão de Licitação, devendo o interessado requerer por escrito com antecedência mínima de um dia útil.

16.7. Caso a CPL não reconsidere sua decisão, quanto ao recurso administrativo eventualmente interposto, este recurso, devidamente informado, será levado à consideração da autoridade superior competente que proferirá decisão definitiva, procedendo à Adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e à homologação do procedimento.

17.0 DA RESCISÃO

17.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente instrumento processar-se-á de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93, em seus artigos 77 a 80.

18.0 DA FISCALIZAÇÃO

18.1. As obras e serviços serão fiscalizados por técnicos da PREFEITURA que serão credenciados pelo Secretário Municipal competente, aos quais a CONTRATADA deverá facilitar o pleno exercício de suas funções.

19.0 GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

19.1 Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art.



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

56 da Lei n.º 8.666/93, da ordem de 5 % (cinco) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

19.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

19.3 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco) do valor do Contrato.

19.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

19.5 **A garantia deverá ter prazo de vigência vinculada a vigência do contrato, devendo ser renovada em caso de celebração de aditivo, complementada em caso de aumento de valor do contrato na forma do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.**

20.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O preço global estimado para os objetos deste certame seletivo encontra previsto em planilha, anexo deste Edital.

19.2. A CPL poderá negociar, exclusivamente, com a Licitante que oferecer o menor preço, no que tange à redução de preços unitários, o qual deverá confirmar expressamente se aceitar ou não tal negociação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

19.3. **A presente licitação, no interesse da Administração, poderá ser adiada, revogada ou anulada, sempre em despacho fundamentado, conforme o artigo 49 da Lei n.º 8.666/93, sem que disso decorra para as Licitantes qualquer direito de indenização ou ressarcimento.**

19.4. As licitantes ficam cientes de que é reservado à Administração o direito de apresentar redução ou acréscimo, no volume dos quantitativos de fornecimento, até o limite previsto no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à licitante vencedora o direito a qualquer reclamação.

19.5. **As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.**

19.6. **Na contagem dos prazos estabelecidos para este procedimento licitatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente no Município de Pilar/AL e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.**

19.7. A intimação e divulgação do julgamento das fases desta licitação serão por comunicação direta ou por escrito aos interessados, exceto no caso de revogação ou anulação que será ciência por publicação oficial.

19.8. A eventual tolerância a qualquer infração ao disposto neste instrumento não implicará aceitação, novação ou precedente.

19.09. Os casos omissos serão decididos, conforme o caso, pela CPL ou Autoridade Competente, com base na legislação vigente.

19.10. Ao receber o Edital a licitante deverá declarar o endereço em que recebe notificações, n.º do fax, e-mail, obrigando-se a comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputar-se válida a notificação encaminhada ao endereço e/ou fax fornecido.

19.11. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados, deverão estar datados dos últimos sessenta (60) dias até a data de recebimento dos envelopes, quando não tiver prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor, excetuando-se os atestados de capacidade técnica.

19.12. **A presidente poderá relevar omissões meramente formais, desde que não reste infringido o princípio de vinculação a este Edital nos termos da legislação pertinente e ainda poderá consultar informações e certidões pela internet, sempre visando ampliar a competitividade.**



Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

20.0 DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

20.1 - São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Projeto Básico;
Especificações Técnicas
Plantas/Desenhos
Planilha Orçamentária.

ANEXO II – Modelos de Declarações;

ANEXO III- Minuta de Contrato

ANEXO IV – MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE PROPOSTA E/OU EXECUÇÃO DE PROPOSTA E CONTRATUAL

Pilar/AL, 26 de dezembro de 2018.
Roseane Soares Camelo
Presidente da CPL



É pra fazer. É pra cuidar.



Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO - I

Projeto Básico;
Especificações Técnicas
Plantas/Desenhos
Planilha Orçamentária

(DISPONIBILIZADO EM CD)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Razão Social da Licitante:	CNPJ:
-------------------------------------	----------------

1. DECLARAÇÕES:

1.1. A licitante **DECLARA**, expressamente que está de acordo com todas as normas e condições deste Edital de Concorrência e seus Anexos;

1.2. A licitante **DECLARA**, que o prazo de validade da Proposta de Preços, que não será inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação;

1.3. A licitante **DECLARA**, que estão incluídas nesta Proposta de Preços, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

1.5. A licitante **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem FATOS IMPEDITIVOS para sua habilitação no processo licitatório, modalidade Tomada de Preços nº 002/2017, realizado pelo Município de PILAR, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

1.6. A licitante **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Fed. no 8.666, de 21.06.1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27.10.1999, regulamentada pelo Decreto n. 4.358, de 05.09.2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, nos termos do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99)

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Obs.: se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendiz deve declarar essa condição.

1.7. A licitante **DECLARA**, que acatará o pagamento da Administração conforme o item 14. deste Edital, ao tempo que indica os dados bancários da licitante:

BANCO	AGÊNCIA	Nº DA CONTA
----------------	------------------	----------------------

...../AL, de de xxxxxxx

.....
Representante legal da Licitante

Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE PILAR/AL E A EMPRESA.....

Pelo presente instrumento, de um lado **O MUNICÍPIO DE PILAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 12.200.150/0001-28, com sede administrativa na Praça Floriano Peixoto, s/n, Centro, Pilar/AL, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, **RENATO RESENDE ROCHA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito sob o CPF de nº 524.759.954-20, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa XXXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXX inscrita no CNPJ sob nº XXXXXX, Inscrição Estadual nº XXXXXXXXXX, neste ato representada por seu Procurador, Sr. XXXXXX, RG nº XXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições do edital de Tomada de Preços Nº 04/2018 e seus anexos e pela Lei n. 8.666/93 e suas alterações estabelecidas nas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98 nos procedimentos para licitação, acordam o presente contrato, de acordo com o que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 A presente Licitação tem como objetivo a execução de serviços **Contratação de Empresa de Engenharia Civil para execução de obras de construção da Urbanização do Alto do Cruzeiro (Especificar o Lote Contratado)** conforme especificações inseridas no anexo I deste instrumento.
- 1.2 As obras e serviços deverão atender as normas, especificações e métodos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

2.1. Para todo e qualquer efeito jurídico, constituem partes integrantes e indissociáveis do presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Edital de Tomada de Preços n.º 04/2017 e seus anexos;
- b) Proposta Comercial da CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO LOCAL DE ENTREGA

3.1. o objeto da licitação será recebido por uma comissão de técnicos da Secretaria Municipal de competente, devidamente designado.

3.2. O recebimento dar-se-á mediante termos de recebimento, provisório e definitivo, na forma prevista no contrato.



FL N° 94
2014

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

3.3. O objeto da presente licitação somente será recebido, após atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e demais documentos que o integram.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O VALOR – O valor global deste contrato é R\$ _____ (_____)

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento se fará no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura na Sede da Administração do Município de PILAR/AL

5.2. As medições serão parciais e os pagamentos serão efetuados mensalmente, com base nos valores apurados em medições dos serviços efetivamente executados no período, conforme cronograma, e nos preços unitários constantes do contato.

5.3. As faturas serão, obrigatoriamente, acompanhadas das respectivas folhas de medição e memória de cálculo de quantitativos que conterão o visto da fiscalização.

5.4. Ao requerer o pagamento da primeira medição a CONTRATADA deverá anexar a comprovação de registro do Contrato junto ao CREA, nos termos da Resolução n.º 257 de 19.09.78 do CONFEA, sob pena de não receber o pagamento da referida medição.

5.5. A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, por ocasião de cada pagamento, a Certidão Negativa de Débito do INSS, o Cadastro Específico do INSS – CEI (caso tenha sido retirado) e o Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, válidos na época. Será, ainda, exigida cópia autenticada das guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social – GFIP, com respectiva relação dos empregados.

5.6. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS (CND) e do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, ou sua irregularidade, não acarretará retenção do pagamento, sendo, no entanto, imediatamente comunicada quanto à apresentação de tal documento em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis. A não-apresentação do CEI será motivo para a glosa do pagamento.

5.7. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

5.8. Concomitantemente à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso de CND e do CEI a Caixa Econômica Federal, no caso do CRF.

5.9. A nota fiscal deverá ser fornecida com o mesmo CNPJ da empresa contratada.

5.10. Os serviços e obras objeto da licitação deverão estar dentro das especificações admitidas e deverá ser entregue no prazo máximo estipulado no item 3.7 deste instrumento, de forma parcial ou total, a critério da Administração. Ainda que recebido em caráter definitivo, **subsistirá a responsabilidade legal do adjudicatário pela qualidade do objeto fornecido.**

5.11. O embargo do recebimento definitivo do objeto por parte da Administração não implica dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para a Administração.

5.11.1. Findo este prazo serão aplicadas às sanções previstas neste ato convocatório e na legislação pertinente.

5.12. Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado o prazo disposto neste Contrato, para pagamento.

5.13. Nas situações onde a CONTRATADA não comprovar a isenção das tributações elencadas

FLN 104
guedes



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

nas alíneas *a* a *d* abaixo relacionadas, a CONTRATANTE poderá efetivar a retenção na fonte nos pagamentos efetuados, para produtos e serviços, sobre os seguintes impostos e contribuições:
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ;

Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;

Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;

Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

5.13.1 A retenção será efetuada aplicando-se a alíquota legalmente prevista.

5.14 Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação *pro rata tempore* do IGPM (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que o mesmo for efetivado.

5.15 A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

5.16 Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO ORÇAMENTÁRIA

6. A presente despesa correrá por conta:

Órgão:	0007 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
Unidade:	0007 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
Classificação Funcional Programática:	15.695.0006.1020.
Elemento de Despesa:	4.4.9.0.51.00.00 Obras e Instalações
Projeto/ATIVIDADE	1020 – Urbanização do Alto Santo Cruzeiro

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante todo o período de vigência deste contrato;

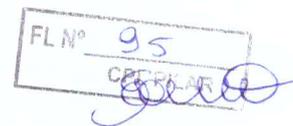
7.2. Proceder com o pagamento das despesas com pessoal, as naturezas fiscais, os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, como também cumprir a legislação vigente no que diz respeito a segurança, higiene e medicina do trabalho;

7.3. Fornecer a CONTRATANTE a nota fiscal objeto deste contrato e demais documentos necessários ao pagamento, nos prazos e termos descrito neste Edital e seus ANEXOS;

7.4. Planejamento da construção do objeto do certame nos seus aspectos administrativos e técnicos mantendo o canteiro de obras instalações necessárias para pessoal, materiais e equipamentos, bem como o local adequado para fiscalização;

7.5. Colocar na direção geral da construção, com presença permanente na obra, profissional devidamente habilitado, cuja nomeação e substituição deverá ser comunicada, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.6. Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução deste contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

7.7. Instalar a placa, conforme modelo sugerido pela CONTRATANTE, alusiva ao responsável técnico, natureza das obras e serviços, os recursos e entidade financeira, colocando-a em local bem visível, determinado pela fiscalização.

7.8. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estabelecido;

8.2. Fiscalizar a execução deste contrato e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis ou necessárias ao seu melhor e fiel cumprimento.

9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A aplicação de penalidades à licitante vencedora reger-se-á conforme o estabelecido na Seção II do capítulo IV - Das Sanções Administrativas da Lei nº 8.666/93.

9.1.1. Caso a empresa vencedora se recuse a executar o objeto contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:

a) advertência, por escrito;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da contratação;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

d) Fica assegurada a Administração a proceder com a execução da garantia contratual no percentual de 5% do valor da contratação, em caso de descumprimento parcial ou total da obrigação assumida bem como, nos casos de aplicação de multa moratória na forma do item 9.3 e em caso de rescisão contratual na forma da lei e nos casos previstos neste instrumento de contrato na forma do item 9.4 e 9.4.1

9.2. A licitante que deixar de entregar, no todo ou em parte, a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9.3. Fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) sobre o valor global contratado a título de mora, por dia de atraso no cumprimento de qualquer prazo previsto neste instrumento contratual, independentemente da notificação prevista no subitem 9.1.1 "a" Deste contrato;

9.3.1. Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, nos casos previstos nos incisos II e V do parágrafo 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação;

9.3.2. Vencido(s) o(s) prazo(s), a CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA comunicando-a da data-limite.

Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

9.3.2.1. A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o subitem 9.4.

9.4. Pela inexecução total da obrigação, a CONTRATANTE rescindir o contrato e aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

9.4.1. Em caso de inexecução parcial da obrigação será aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

9.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da CONTRATANTE pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da CONTRATANTE, ou cobradas judicialmente.

9.6. Se a CONTRATADA inadimplente não tiver valores a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

9.7. A aplicação de multas, bem como a rescisão de contrato, não impedem que a CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

9.8. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento contratual será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

9.9. Em qualquer caso que importe valores, seja em relação a multas ou rescisão do contrato administrativo a garantia de execução contratual prestada pelo contratado será utilizada em favor dos prejuízos obtidos pela administração durante a execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. A Execução do Contrato reger-se-á pelo Capítulo III - Seção IV - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 8.666/93.

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão com as conseqüências contratuais previstas em Lei, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, reconhecendo desde já a CONTRATADA os direitos da Administração previstos no artigo 55, inciso IX, da referida Lei.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA COBRANÇA JUDICIAL

11.1. As importâncias devidas pela CONTRATADA serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato, título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO DA LICITAÇÃO

13.1. O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Tomada de Preços Nº 04/2018, ao qual se vincula, bem como, aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº 1214-0043/2018.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO DA LICITAÇÃO



É pra fazer. É pra cuidar.



Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

14.1. A gestão deste Contrato será feita:

14.2. Por parte da CONTRATANTE:

NOME DO GESTOR(A):

CARGO:

TELEFONE:

14.2. Por parte da CONTRATADA:

NOME DO GESTOR:

TELEFONE:

FAX:

E-MAIL:

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A CONTRATADA e a CONTRATANTE respondem integralmente, sem qualquer ordem de preferência, pela perfeita execução das cláusulas ajustadas, até o fiel cumprimento do presente contrato.

15.2. Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou no exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

15.3. As disposições complementares que não criarem ou alterarem direitos ou obrigações das partes serão formalizadas através de acordos epistolares, assinados por seus representantes credenciados.

15.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto deste contrato, até o limite estabelecido na Lei 8.666/93 e suas alterações.

15.5. O preço acordado neste contrato será fixo e irrevogável durante a vigência contratual.

15.6. A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a vigência contratual, em compatibilidade pelas obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório que deu origem a esta contratação.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

16.1. O foro para dirimir qualquer dúvida que – direta ou indiretamente – seja oriunda do presente instrumento contratual é o da comarca da cidade de PILAR/Alagoas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem as partes de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual valor, teor e forma para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, fazendo tudo por bom, firme e valioso, por si e por seus sucessores, a qualquer título, e respondendo pela veracidade e legalidade dos atos aqui praticados, a qualquer tempo e em qualquer lugar.

Município de PILAR (AL), de de xxxxx

FL N° 196
CP
gou



Prefeitura do Município do Pilar
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO – IV

MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE PROPOSTA E/OU EXECUÇÃO CONTRATUAL CARTA FIANÇA N°

BANCO _____

À Prefeitura Municipal de Pilar (AL).

REF.: FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE PROPOSTA E/OU EXECUÇÃO CONTRATUAL

Prezados Senhores:

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o Banco _____ com domicílio nesta Capital, na _____, n° _____ inscrito no CNPJ/MF n° _____, por seus representantes legais, abaixo assinados, declara-se fiador e principal pagador da empresa/do consórcio _____ com domicílio _____, n° _____ na cidade _____ inscrita(o) no CNPJ/MF n° _____ até o limite de R\$ _____ (extenso), para efeito de garantir o cumprimento das obrigações do Contrato N° _____, decorrente do processo licitatório Tomada de Preços N° 04/2018, cujo objeto é a **Contratação de Empresa de Engenharia Civil para execução de obras de construção da Urbanização do Alto do Cruzeiro no Município de Pilar.**

A fiança, ora concedida, assegura a garantia necessária à **Proposta e/ ou Execução** do contrato correspondente, por parte da empresa afiançada, inclusive no prazo em que for convocada pelo Município de Pilar para a sua assinatura, e o valor da fiança presentemente concedida poderá ser recebido por essa empresa, a qualquer tempo, independentemente de autorização da afiançada, de ordem judicial ou extrajudicial, ou ainda, de qualquer prévia justificção, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da solicitação, feita por escrito pelo Município de Pilar (AL).

Este Banco renúncia, expressamente, aos benefícios estatuídos no artigo 827 do Código Civil Brasileiro, e declara sob as penas da Lei que:

- Está legal e estatutariamente autorizado a assinar a presente Carta de Fiança.
- Esta fiança acha-se devidamente contabilizada, satisfazendo todas as exigências da legislação bancária, regulamentações e determinações do Banco Central, aplicáveis à espécie.
- O Fiador e principal pagador não estão ligados a nenhum grupo da empresa afiançada. - O valor da presente fiança se contém dentro dos limites permitidos por aquele órgão federal.

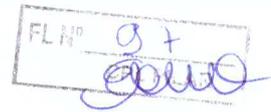
A presente Fiança Bancária vigorará pelo prazo de ** (_____) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável automaticamente por iguais períodos, até a consecução das obrigações contratuais e desde que liberada mediante comunicação por escrito, dessa empresa. Constituirá, também, prova suficiente para desobrigar o fiador do compromisso assumido, a devolução da via original desta Carta de Fiança. São Paulo,

BANCO _____ ASS.: _____

OBS 1: O modelo acima servirá tanto para a GARANTIA DA PROPOSTA (requisito de



É pra fazer. É pra cuidar.



Prefeitura do Município do Pilar Comissão Permanente de Licitação - CPL

habilitação – que deverá ser observado por todos os licitantes) e para o vencedor da Proposta, como garantia contratual (requisito para celebrar o contrato)

OBS 2: O percentual aplicado para a Garantia da Proposta será de 1% do valor estimado da contratação, enquanto que a Garantia Contratual será de 5% do valor global contratado e esta deverá ser apresentada **apenas** pelo vencedor do certame.

dos quais possam derivar ou comprometer obrigações essenciais assumidas pela municipalidade.

Art. 2º - Fica a critério de cada Secretaria Municipal definir outras atividades que, em razão de sua natureza não possam ser suspensas durante o período do recesso de final de ano, disciplinando sua oferta ao público através de escala de trabalho específico.

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

LEOPOLDO CÉSAR AMORIM PEDROSA

Prefeito

Publicado por:

Cleitson Sinvaldo de Lima

Código Identificador:8A867A8C

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR VERMELHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR VERMELHO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 56/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – EMATER – E O MUNICÍPIO DE MAR VERMELHO

P.A.: Processo nº 140.566.293/2018;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Despachos PGE-PLIC-CD nº 2367/2018 ratificado pelo DESPACHO PGE/PLIC-CD Nº 3884/2018, e art. 57, §3º da Lei Federal nº 8.666/1993.

COMPROMITENTE: O INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – EMATER, pessoa jurídica de direito público, autarquia estadual, inscrita no CNPJ/MF nº 15.731.016/0001-41, com sede na Rua Sá e Albuquerque, nº 502, Jaraguá, Maceió-AL, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Elizeu José Rêgo, inscrito no CPF/MF sob o nº. 007.414.934-20,

COMPROMISSADO: O MUNICÍPIO ALAGOANO DE MAR VERMELHO, inscrito no CNPJ sob o nº 12.333.761/0001-44, com sede na Rua São Sebastião, s/n, Centro – Mar Vermelho/AL, neste ato representado por sua Prefeita a Sra Juliana Lopes de Farias Almeida, inscrito no CPF/MF sob o nº 956.645.214-49.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do termo de Cooperação Técnica nº 56/2018.

DATA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 14/12/2018;

RAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 12 meses;

IGNATÁRIOS: acima mencionados.

Publicado por:

Arnaldo de Araujo Alecio

Código Identificador:54A5567A

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÃO DE AÇÚCAR

MUNICIPIO DE PÃO DE ACÚCAR
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 09/2018 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – EMATER E
O MUNICÍPIO DE PÃO DE AÇUCAR

P.A.: Processo nº 140.566.210/2018;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Despachos PGE-PLIC-CD nº 2396/2018 ratificado pelo DESPACHO PGE/PLIC-CD Nº 3919/2018, e art. 57, §3º da Lei Federal nº 8.666/1993.

COMPROMITENTE: O INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – EMATER, pessoa jurídica de direito público, autarquia estadual, inscrita no CNPJ/MF nº 15.731.016/0001-41, com sede na Rua Sá e Albuquerque, nº 502, Jaraguá, Maceió-AL, neste ato representada por

seu Diretor Presidente, Sr. Elizeu José Rêgo, inscrito no CPF/MF sob o nº. 007.414.934-20,

COMPROMISSADO: O MUNICÍPIO ALAGOANO DE PÃO DE AÇUCAR, inscrito no CNPJ sob o nº 12.360.880/0001-57, com sede na Avenida Bráulio Cavalcante, Centro – Pão de Açúcar/AL, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Flávio Almeida da Silva Júnior, inscrito no CPF/MF sob o nº 569.247.604-49.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do termo de Cooperação Técnica nº 09/2018.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 18/12/2018.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 12 meses.

SIGNATÁRIOS: acima mencionados.

Publicado por:

Ricardo Lima Torres

Código Identificador:B9284888

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARICONHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
EXTRATO CONTRATO PP 09

EXTRATO DE CONTRATO - PP 09/2018

OBJETO: Aquisição de Gás (GPL) e Agua Mineral, atendendo as necessidades da Prefeitura Municipal de Pariconha e suas secretarias.

Contratados: E R DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA ME – CNPJ 12.605.664/0001-63 – contrato nº 338/2018, Valor Global R\$ 98.200,00 (noventa e oito mil e duzentos reais). Fundamentação legal: Lei 10.520/02 e subsidiariamente a Lei 8.666/93. Assinatura: 05/07/2018. Vigência: 12 (doze) meses.

Publicado por:

Reginaldo dos Reis

Código Identificador:28D57F2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO - PP 10/2018

OBJETO: Aquisição de medicamentos e correlatos, destinados a atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Pariconha/AL.

Contratados: TEMPO COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA – EPP, CNPJ 24.564.626/0001-99 – contrato nº 370/2018, Valor Global \$ 386.143,75 (trezentos e oitenta e seis mil, cento e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos); ALAGOAS COMERCIAL MÉDICA LTDA- CNP N 11.232.365/00001-68 - contrato nº 372/2018, Valor Global R\$ 355.743,50 (trezentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos). MEDICAH COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELLI - EPP- CNP N 11.195.977/00001-28 - contrato nº 369/2018, Valor Global R\$ 263.026,80 (duzentos e sessenta e três mil, vinte e seis reais e oitenta centavos), LOGER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELLI, CNPJ n.º 27.600.270/0001-90 - contrato nº 371/2018, Valor Global R\$ 134.588,00 (cento e trinta e quatro mil, quinhentos e oitenta e oito reais), Fundamentação legal: Lei 10.520/02 e subsidiariamente a Lei 8.666/93. Assinatura: 17/07/2018. Vigência: 12 (doze) meses.

Publicado por:

Reginaldo dos Reis

Código Identificador:232560C1

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
TOMADA DE PREÇO

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2018 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO REMANESCENTE DE OBRA DA URBANIZAÇÃO DO SANTO CRUZEIRO NO MUNICÍPIO DE PILAR LOCAL/DATA:na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Praça Floriano Peixoto, Pilar/AL, no dia 11 de Janeiro de 2019, as 09:00 horas. (Horário Local).

O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas na sala da CPL, ou pelo e-mail: equipelicipilar2016@gmail.com horário das 08:00 às 13:00, até o dia que antecede à data do Certame.

Pilar/AL, 26 de dezembro de 2018 de 2018.

ROSEANE SOARES CAMELO
Presidente/CPL.

Publicado por:
Sérgio Lira de Oliveira
Código Identificador:AC1E2B1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO EXTRATO DE ERRATA

PROCESSO: 0816-0012/2018 PE -32/2018
ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE PILAR/AL, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 12.200.158/0001-28.

FORNECEDORA REGISTRADA: **LUZ E LED PRODUÇÕES LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.549.909/0001-29, Vencedora Dos itens (16-cota, 21, 30, 32 e 33-cota) no valor global de **RS 144.969,00**.

OBJETO: Contratação de empresa Especializada para prestação de serviços de locações de equipamentos, incluindo montagem, utilização, manutenção, desmontagem e apoio logístico.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses, a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Renato Rezende Rocha Filho e Sr. Fanuel Sampaio Romão, pela FORNECEDORA REGISTRADA.

Pilar/AL, 24 de dezembro de 2018.

*Republicado por incorreção: onde se lê: LUZ E LED PRODUÇÕES LTDA – ME, Leia-se: FANUEL SAMPAIO ROMÃO EIRELI-ME.

Publicado por:
Sérgio Lira de Oliveira
Código Identificador:02EFA377

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO CALVO

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO

EDITAL Nº 01/2018 – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO.

O Prefeito do Município de Porto Calvo, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, RETIFICAÇÃO do Edital nº 01/2018 do concurso público para provimento de cargos efetivos do município. O Edital na íntegra e outras publicações referentes ao certame estarão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.copeve.ufal.br e www.fundepes.br.

Porto Calvo AL, 26 de dezembro de 2018.

DAVID KLEVISSON DA FONSECA SILVA PEDROSA
Prefeito do Município de Porto Calvo

Publicado por:
Flavio Henrique da Rocha Oliveira
Código Identificador:67943864

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO torna público aos interessados a realização da licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global Nº 005/2018. Objeto: contratação de Empresa Especializada na Elaboração de Projetos e orçamentos de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; e Prospecção, Contratos de Repasse e Termos de Cooperação, referente a Obras e Serviços de Engenharia para a Prefeitura Municipal de Quebrangulo. Data/Hora: 18 de janeiro de 2019, as 09h00min. O edital do processo encontra-se a disposição dos interessados no site: <http://transparencia.quebrangulo.al.gov.br/index.php/pt/>, informações no email: cpl.quebrangulo@gmail.com.

Quebrangulo, 26 de dezembro de 2018.

LUCIVAN ALEXANDRINO DE BARROS
Presidente CPL

Publicado por:
Lucivan Alexandrino de Barros
Código Identificador:6CAC5363

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO torna público aos interessados a realização da licitação na modalidade Pregão Presencial - SRP de Nº 032/2018, do tipo menor preço por item. Objeto: eventuais aquisições de próteses dentárias. Data/Hora: 11 de janeiro de 2019, as 09h00min. O edital do processo encontra-se a disposição dos interessados no site: <http://transparencia.quebrangulo.al.gov.br/index.php/pt/>, informações no email: cpl.quebrangulo@gmail.com.

Quebrangulo, 26 de dezembro de 2018.

LUCIVAN ALEXANDRINO DE BARROS
Pregoeiro

Publicado por:
Lucivan Alexandrino de Barros
Código Identificador:61B8DD35

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE QUEBRANGULO PORTARIAS

Ato nº 01/1979

O Prefeito Municipal de Quebrangulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o laudo médico anexado do seu requerimento resolve, conceder aposentadoria ao seu professor primário, Nível 01 do Quadro Permanente desta Prefeitura, RUBENITA MAGALHÃES BOMFIM, por haver sido julgada incapacitada para continuar exercendo suas funções, com todas as vantagens do seu cargo.

Publique –se, dando – se ciência.

Prefeitura Municipal de Quebrangulo, 27 de março de 1972

JOSÉ ALOÍSIO DE GÓES
Prefeito

Publicada na Secretaria desta prefeitura, em 27 de março de 1972
Registrada em 27 de março de 1972

MARIA NAZARETH TENÓRIO
Of de Administração

Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO
Poder Executivo-Gabinete do Prefeito

AVISO DE ERRATA

No aviso de licitação do Pregão Presencial nº 39/2018 (2ª CHAMADA) tipo menor preço por item, que objetiva a Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza para atender as necessidades da prefeitura municipal de Igreja Nova/AL. publicado no diário oficial do Estado de Alagoas de 21 de dezembro de 2018 na edição de nº 979, pag. 227 e 228 onde lê-se data da sessão 09/01/2018 às 10:00hrs, leia-se data da sessão 09/01/2019 às 10:00hrs. Outras informações e o edital na íntegra esta disponível na sala de licitações ou pode ser adquirido através do e-mail: cpligrejanova@gmail.com. Werbson dos Santos Silva - Pregoeiro

AVISO DE ERRATA

No aviso de licitação do Pregão Presencial nº 42/2018 tipo menor preço por item, que objetiva a Registro de preços para futura e eventual aquisição 01(tuma) Retroescavadeira com tração 4X4 para atender as necessidades da prefeitura municipal de Igreja Nova/AL. publicado no diário oficial do Estado de Alagoas de 21 de dezembro de 2018 na edição de nº 979, pag. 227 e 228 onde lê-se data da sessão 10/01/2018 às 10:00hrs, leia-se data da sessão 10/01/2019 às 10:00hrs. Outras informações e o edital na íntegra esta disponível na sala de licitações ou pode ser adquirido através do e-mail: cpligrejanova@gmail.com. Werbson dos Santos Silva - Pregoeiro

AVISO DE ERRATA

No aviso de licitação do Pregão Presencial nº 43/2018 tipo menor preço por item, que objetiva a Registro de preços para futura e eventual aquisição caminhão Basculante com Caçamba para atender as necessidades da prefeitura municipal de Igreja Nova/AL. publicado no diário oficial do Estado de Alagoas de 21 de dezembro de 2018 na edição de nº 979, pag. 227 e 228 onde lê-se data da sessão 10/01/2018 às 14:00hrs, leia-se data da sessão 10/01/2019 às 14:00hrs. Outras informações e o edital na íntegra esta disponível na sala de licitações ou pode ser adquirido através do e-mail: cpligrejanova@gmail.com. Werbson dos Santos Silva - Pregoeiro

AVISO DE ERRATA

No aviso de licitação do Pregão Presencial nº 44/2018 tipo menor preço por item, que objetiva a Registro de preços para futura e eventual aquisição de Material Gráfico para atender as necessidades da prefeitura municipal de Igreja Nova/AL. publicado no diário oficial do Estado de Alagoas de 21 de dezembro de 2018 na edição de nº 979, pag. 227 e 228 onde lê-se data da sessão 15/01/2018 às 11:00hrs, leia-se data da sessão 15/01/2019 às 11:00hrs. Outras informações e o edital na íntegra esta disponível na sala de licitações ou pode ser adquirido através do e-mail: cpligrejanova@gmail.com. Werbson dos Santos Silva - Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Pilar

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 04/2018

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL. - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO REMANESCENTE DE OBRA DA URBANIZAÇÃO DO SANTO CRUZEIRO NO MUNICÍPIO DE PILAR LOCAL DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Praça Floriano Peixoto, Pilar/AL, no dia 11 de Janeiro de 2019, as 09:00 horas. (Horário local).

O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas na sala da CPL, ou pelo e-mail: equipelicipilar2016@gmail.com horário das 08:00 às 13:00, até o dia que antecede à data do Certame.

Pilar/AL, 26 de dezembro de 2018 de 2018.

Roseane Soares Camelo
Presidente/CPL.

Prefeitura Municipal de Piranhas

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS

AVISO DE ADIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2018- SRP - TIPO MENOR POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS/AL, por intermédio de seu pregoeiro, AVISA aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL nº 24/2018 cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para Aquisição de Material de Expediente e Didático, com abertura prevista para o dia 28 de Dezembro de 2018 as 10hs FICA ADIADO PARA O DIA 11 DE JANEIRO DE 2019 as 09:00 hs, motivado por alteração editalícia: O edital encontra-se à disposição dos interessados das 08:00 às 12:00 horas na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou pelo email: cplpiranhas@hotmail.com ou no portal. www.transparencia.piranhas.al.gov.br.

Piranhas/AL, 26 de Dezembro de 2018.

Khalil Gibran de Lima Fontes
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Traipu

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU-AL

EXTRATO DE CONTRATO Nº97/2018-CPL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU. CONTRATADO: F DE A DE MOURA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.978.279/0001-07, com endereço na Rua Firmino Leite, 777, Brasília, Arapiraca-AL, neste ato representada por seu representante Sr. Francisco de Assis de Moura, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 041.854.644-44, no valor total de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). Objeto: objetivando a contratação de empresa especializada para locação de veículo (trio elétrico) para abrilhantar as festividades de réveillon do município de Traipu nos dias 31 de dezembro de 2018 e 01 de janeiro de 2019, conforme quantitativo e especificações descritas no Termo de Referência em Anexo., referente à dispensa de licitação nº 38/2018. Data da assinatura: 26 de dezembro de 2018, vigência: 02/01/2019. Silvino Bezerra Cavalcante- Prefeito – contratante - Francisco de Assis de Moura– contratado.

Prefeitura Municipal de União dos Palmares

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 02/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – EMATER – E O MUNICÍPIO DE UNIÃO DOS PALMARES.

P.A.: Processo nº 140.566.033/2017;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Despachos PGE-PLIC-CD nº 2266/2018 ratificado pelo DESPACHO PGE/PLIC-CD Nº 3742/2017, e art. 57, §3º da Lei Federal nº 8.666/1993.

COMPROMITENTE: O INSTITUTO DE INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – EMATER, pessoa jurídica de direito público, autarquia estadual, inscrita no CNPJ/MF nº 15.731.016/0001-41, com sede na Rua Sá e Albuquerque, nº 502, Jaraguá, Maceió-AL, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. Elizeu José Rêgo, inscrito no CPF/MF sob o nº. 007.414.934-20.

COMPROMISSADO: O MUNICÍPIO ALAGOANO DE UNIÃO DOS PALMARES, inscrito no CNPJ/MF nº 12.332.946/0001-34, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, s/n, Centro – União dos Palmares/AL, representado por seu Prefeito o Sr. Areski Damara Omena Freitas Jr., inscrito no CPF/MF sob o nº 384.374.144-15..

OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do termo de Cooperação Técnica nº 02/2017.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 11/12/2018;

PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 12 meses;

SIGNATÁRIOS: acima mencionados.

EDITAIS E AVISOS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPIRACA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS AO CONTRATO Nº 031/2018

DAS PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPIRACA – CNPJ Nº 24.177.362/0001 – 10 E A EMPRESA – ORION CONSTRUTORA LTDA - EPP - CNPJ Nº 09.629.106/0001-23.

DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de serviços, contemplado na planilha orçamentária calculado em R\$ 11.476,55 (onze mil e quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), correspondendo à 20,31% do valor do Contrato nº 031/2018 e acréscimo de novos serviços, com o valor de R\$ 2.606,16 (dois mil seiscentos e seis reais e dezesseis centavos), correspondendo à 4,61% do valor do Contrato nº 031/2018, perfazendo um valor total a ser acrescido de R\$ 14.082,71 (quatorze mil, oitenta e dois reais e setenta e um centavos), equivalente à 24,93 do valor do contrato nº 031/2018.

DATA DE ASSINATURA: 13 de novembro de 2018

INFORMAÇÕES: informações disponíveis na Câmara Municipal de Arapiraca, de Segunda a Sexta. Edital disponível no site: <http://www.arapiraca.al.leg.br> ou e-mail: camaradeapiraca.licitacao@gmail.com
Arapiraca/AL, 26 de dezembro de 2018

MARIA DAS GRAÇAS DE LISBOA SOARES
PRESIDENTE DA CÂMARA

BECKER INFORMATICA LTDA - ME perfazendo a ordem de R\$ 35.255,00 (trinta e cinco mil duzentos e cinquenta e cinco reais), referente aos itens 01 ao 23, considerando com base nas informações contidas nos autos, sua plena regularidade.

Piaçabuçu-AL, 19 de dezembro de 2018.
DJALMA GUTEMBERG SIQUEIRA BREDA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2018

O Secretário Municipal de Educação do Município de Piaçabuçu, torna público aos interessados que está recebendo, na sede do Setor de Licitação, situada na Secretaria de Compras, Convênios, Contratos e Licitações, na Praça São Francisco de Borja, 63, Centro, Piaçabuçu, estado de Alagoas, até as 09:00h do dia 18 de Janeiro de 2019 os documentos de habilitação e projeto de venda destinado a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Piaçabuçu, 26 de dezembro de 2018.
JOÃO ARIQUEIDES LYRA DE CASTRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018 SRP

OBJETO: Aquisição de Kits Escolares. Local/Data: Sala de Reuniões da Comissão de Licitação, situada a Praça São Francisco Borja, s/n, Centro, Piaçabuçu/AL, dia 10 de Janeiro de 2019, às 09:00h.

Informações: O edital se encontra a disposição dos interessados das 08:00h às 12:00h, na sede Administrativa da Comissão de licitação do Município de Piaçabuçu.

Piaçabuçu, 26 de dezembro de 2018.
BRUNO ALEXSANDRO ANDRÉ DO NASCIMENTO
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2018 SRP

OBJETO: Aquisição de Quentinhas - com exclusividade para MPE's. Local/Data: Sala de Reuniões da Comissão de Licitação, situada a Praça São Francisco Borja, s/n, Centro, Piaçabuçu/AL, dia 10 de Janeiro de 2019, às 14:00h.

Informações: O edital se encontra a disposição dos interessados das 08:00h às 12:00h, na sede Administrativa da Comissão de licitação do Município de Piaçabuçu.

Piaçabuçu, 26 de dezembro de 2018.
BRUNO ALEXSANDRO ANDRÉ DO NASCIMENTO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2018

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO REMANESCENTE DE OBRA DA URBANIZAÇÃO DO SANTO CRUZEIRO NO MUNICÍPIO DE PILAR LOCAL/DATA: na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Praça Floriano Peixoto, Pilar/AL, no dia 11 de Janeiro de 2019, às 09:00 horas. (Horário Local).

O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas na sala da CPL, ou pelo e-mail: equipelciliar2016@gmail.com horário das 08:00 às 13:00, até o dia que antecede à data do Certame.

Pilar-AL, 26 de dezembro de 2018.
ROSEANE SOARES CAMELO
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2018 SRP

TIPO MENOR POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS/AL, por intermédio de seu pregoeiro, AVISA aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL nº 24/2018 cujo objeto é a contratação de empresa especializada para aquisição de Material de Expediente e Didático, com abertura prevista para o dia 28 de Dezembro de 2018 às 10hs FICA ADIADO PARA O DIA 11 DE JANEIRO DE 2019 às 09:00 hs, motivado por alteração editalícia: O edital encontra-se à disposição dos interessados das 08:00 às 12:00 horas na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou pelo e-mail: cplpiranhas@hotmail.com ou no portal: www.transparencia.piranhas.al.gov.br.

Piranhas-AL, 26 de dezembro de 2018.
KHALIL GIBRAN DE LIMA FONTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRÂNGULO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 32/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRÂNGULO torna público aos interessados a realização da licitação na modalidade Pregão Presencial - SRP de Nº 032/2018, do tipo menor preço por item. Objeto: eventuais aquisições de próteses dentárias. Data/Hora: 11 de janeiro de 2019, às 09h00min. O edital do processo encontra-se a disposição dos interessados no site: <http://transparencia.quebrangulo.al.gov.br/index.php/pt/>, informações no e-mail: cpl.quebrangulo@gmail.com.

Quebrangulo, 26 de dezembro de 2018.
LUCIVAN ALEXANDRINO DE BARROS
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRÂNGULO torna público aos interessados a realização da licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global Nº 005/2018. Objeto: contratação de Empresa Especializada na Elaboração de Projetos e orçamentos de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia; e Prospecção, Contratos de Repasse e Termos de Cooperação, referente a Obras e Serviços de Engenharia para a Prefeitura Municipal de Quebrangulo. Data/Hora: 18 de janeiro de 2019, às 09h00min. O edital do processo encontra-se a disposição dos interessados no site: <http://transparencia.quebrangulo.al.gov.br/index.php/pt/>, informações no e-mail: cpl.quebrangulo@gmail.com.

Quebrangulo, 26 de dezembro de 2018.
LUCIVAN ALEXANDRINO DE BARROS
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2018

PROCESSO: 0222-048/2018 PE Nº 27.1/2018
ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL, CNPJ sob o nº 12.200.168/0001-20.
FORNECEDORA REGISTRADA: JOSÉ DANTAS DINIZ FILHO ME, inscrita sob o CNPJ nº 22.077.847/0001-07.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO.
PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses, a partir da data de sua assinatura.
VALOR TOTAL: R\$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais).
SIGNATÁRIOS: Gilberto Gonçalves da Silva, pelo ORGÃO GERENCIADOR; e Jose Dantas Diniz Filho, pela FORNECEDORA REGISTRADA.

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2019

Processo: 1214-019/2018
Tipo: Maior desconto.

Objeto: formalização de ata de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, por intermédio de operadora ou agência de viagens, para reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento e desdobramento de passagem aérea (nacional e internacional) incluídas todas as taxas inerentes a esses serviços, em qualquer companhia aérea, acompanhados das bagagens, nos termos das normas da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC destinado a Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL.
Data de realização: 11 de janeiro 2019 às 15h00min, horário de Brasília.
Disponibilidade: endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br UASG-982853.
Todas as referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília/DF.
Informações: licitar12@gmail.com

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2019

Processo: 1025-038/2018
Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material permanente (prod. De higiene) destinados a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Rio Largo/AL.
Data de realização: 14 de janeiro 2019 às 09h30min, horário de Brasília.
Disponibilidade: endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br UASG-982853.
Todas as referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília/DF.
Informações: licitar12@gmail.com

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2019

Processo: 0906-047/2018

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de MATERIAL ESPORTIVO destinados a Secretaria Municipal de Educação do Município de Rio Largo/AL.
Data de realização: 14 de janeiro 2019 às 15h00min, horário de Brasília.
Disponibilidade: endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br UASG-982853.
Todas as referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília/DF.
Informações: licitar12@gmail.com

Rio Largo-AL, 26 de dezembro de 2018.
ROSINEIDE ROCHA
Presidente da CPL

ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 88/2018

Nº Processo Administrativo nº 3301.2033/2018 - SEMED/PMML.

O objeto da presente licitação é registro de preço para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS para alimentação escolar, com entrega parcelada de acordo com o cronograma de entrega, fornecido pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED, conforme as especificações e condições constantes Termo de Referência no Anexo I e demais anexo do edital. Abertura das propostas: Dia 10/01/2019 a partir das 09h30min no site www.licitacoes-e.com.br, (horário de Brasília) Início da disputa de preços: Dia 10/01/2019 às 15h00 horas no site www.licitacoes-e.com.br, (horário de Brasília) O Edital do Pregão se encontra disponível na íntegra no site www.licitacoes-e.com.br. (Horário de Brasília).

Macapá-AP, 26 de dezembro de 2018.
CELSON MONÇÃO DIAS
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE OIAPOQUE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OIAPOQUE

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72018/CPL/PMMP-SRP

Contratação de empresa especializada para prestação de SERVIÇOS GRÁFICOS E REPROGRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE IMPRESSOS, Resultado: FRACASSADO.

Porto Grande-AP, 26 de dezembro de 2018.
ISAU MACENA FERREIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO RAMOS

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO RAMOS, no uso de suas atribuições legais. CONSIDERANDO, o que consta na Ata Circunstanciada da Sessão Pública do Pregão Presencial nº 039/2018 - CML, elaborada pela Comissão Municipal de Licitação; CONSIDERANDO, que o referido procedimento licitatório transcorreu de forma regular, em obediência a legislação vigente, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumprido todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo; CONSIDERANDO, que a empresa GML CONSULTORIA EMPRESARIAL E CONSTRUÇÕES EIRELI compareceu à sessão pública do referido processo licitatório, conforme consta registrado na Ata da Sessão Pública, apresentou todos os documentos que comprovam o cumprimento dos requisitos consignados no Edital no que se refere à proposta de preços e habilitação; CONSIDERANDO, ainda, que os documentos que constam acostados aos autos demonstram que foram respeitados todos os ritos legais exigidos pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02; CONSIDERANDO, por fim, o teor do parecer conclusivo emitido pela Assessoria Jurídica interna desta Prefeitura Municipal, opinando pela regularidade do certame e pela consequente adjudicação e homologação do



